

ACTAS VIII

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
FACULDADE DE LETRAS
12 - 18 OUTUBRO
1993



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

S.P.A.E.
S O C I E D A D E
P O R T U G U E S A D E
A N T R O P O L O G I A
E E T N O L O G I A



TRABALHOS DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXV (Fasc. 4)

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

Capa: Rocha gravada de Penascosa, Castelo Melhor (Rio Côa)
(Paleolítico Superior) (Foto: Vítor O. Jorge)

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

«meras coincidências» não existem e os cemitérios políticos estão cheios de responsáveis que no seu tempo se recusaram a ver a realidade, atribuindo as vicissitudes por que passaram à mera acumulação fortuita de ocorrências infelizes. «Ocasos»? Talvez...porque aquilo que mais une, e explica, a sucessão de eventos relatada é a decrepitude e a incompetência do edifício administrativo que idealmente teria por missão promover a actividade arqueológica.

A VERDADEIRA IMPORTÂNCIA DAS GRAVURAS DO CÔA*

por

Luís Raposo**

Nas últimas semanas, tem-nos sido repetidamente solicitado o esclarecimento do verdadeiro significado e importância dos achados do Côa. Pensamos que é ainda demasiado cedo para o fazer fundamentadamente. No entanto, no cumprimento dos objectivos editoriais desta página, é talvez possível dizer alguma coisa. Como tem sido divulgado, as gravuras do Côa surgem ao ar livre, sobre superfícies rochosas situadas muito próximo do nível das águas, distribuindo-se ao longo de centenas de metros (alguns quilómetros?). Encontram-se de tal modo desligadas de qualquer contexto sedimentar e arqueológico que se compreende bem a pergunta decisiva que nos tem sido dirigida: as gravuras do Côa são mesmo paleolíticas e, sendo-o, é legítimo considerá-las assim tão importantes?

Hoje responderíamos afirmativamente a ambas as interrogações. Mas não iludimos o desconforto que sentimos numa datação puramente estilística tanto destes, como de muitos outros motivos artísticos pré-históricos. Nunca o mero critério estilístico foi suficiente para estabelecer solidamente datações precisas. Como dizia Brögger, em tese geral, «o orgulhoso edifício da cronologia, construído sobre uma fundação tipológica é uma miragem perigosa». No caso da arte paleolítica, foi assim logo no início, há mais de um século, quando se tornou preciso muito mais do que os desenhos de Marcelino de Sautuola para que a sua autenticidade pudesse ser aceite. Foi necessária uma paciente acumulação de provas irrecusáveis: sequências estratigráficas (grutas com a entrada selada desde a «Idade Glaciária»; pinturas e gravuras cobertas por sedimentos contendo ocupações humanas do Paleolítico), alterações geoquímicas (cobertura dos motivos artísticos por espessos mantos e crostas calcítics, por formações ferro-mangané-

* Publicado na página de "Arqueologia" do Suplemento "Cultura", do *Diário de Notícias*, Lisboa, em 19 de Janeiro de 1995.

** Arqueólogo e docente universitário.

sicas, etc.), testemunhos paleontológicos e evidências ecológicas (representação de animais extintos, associações faunísticas reveladoras da ocorrência de climas glaciários, etc.). Mais tarde, quando os arqueólogos se dedicaram à tentativa de interpretação e datação da arte pré-histórica, fizeram-no com laborioso empenho, é certo, a partir de observações parcelares (comparação entre o estilo de figuras em objectos móveis e em paredes rochosas, sobreposição dos motivos nestas últimas, etc.), sendo convincentes em muitos casos. Mas foram talvez longe de mais ao pretenderem construir modelos de suposto valor global. Na base deles, a chamada «arte levantina» espanhola foi durante décadas considerada paleolítica, quando afinal hoje se sabe ser muito mais recente. O erro foi tal que nele caíram redondamente especialistas conceituados, como o chamado «Papa da Pré-História», Henri Breuil. E não se pense que vícios metodológicos deste tipo já acabaram: ainda hoje nos lembramos da caricatura que no nosso espírito representou o comportamento operático de um célebre especialista italiano, quando nos anos 70 pretendeu estabelecer de um relance toda a cronologia da arte rupestre do vale do Tejo, pela mera catalogação estilística das gravuras que ia encontrando.

Claro que não se pode meter tudo no mesmo saco. Para o Paleolítico, o sistema de periodização estilística que ainda hoje se utiliza, estabelecido por André Leroi-Gourhan, é um marco importante. Ademais, Gourhan desenvolveu uma sedutora teoria interpretativa baseada na consideração das grutas paleolíticas como conjuntos organizados (santuários), onde se representavam verdadeiras mitologias, baseadas em oposições binárias essenciais, que os animais simbolizariam. Todavia, nem mesmo um sistema suportado pelo rigor metodológico e a argúcia intelectual de um grande mestre pôde resistir convenientemente ao tempo: nos últimos anos, descrevem-se os chamados «santuários monotemáticos» (estranhos à lógica dualista acima indicada) e, coisa impensável até há pouco, dataram-se directamente, pelo Carbono 14, os pigmentos orgânicos utilizados em algumas pinturas, obtendo indicações de idades por vezes sensivelmente diferentes das que a análise estilística recomendaria. Pessoalmente não estranhámos que assim seja. Como algo provocatoriamente dissemos há anos, durante um colóquio comemorativo da descoberta da gruta do Escoural, nunca entendemos bem as segmentações estilísticas da arte paleolítica, pelo cavalgamento que sistematicamente operavam sobre as «culturas» com que tradicionalmente os «pré-historiadores da cultura material» dividem o período — e isto (tranquilizem-se os espíritos ilustrados, que nesta posição depressa identificarão o mais primário cartesianismo) sem embargo de sabermos bem que nem essas culturas correspondem necessariamente a «povos», nem a dinâmica dos diferentes subsistemas culturais é forçosamente a mesma.

Postas estas considerações gerais, como fazer revertê-las para o caso das gravuras do Côa? A sua datação, até ao momento, é, tanto quanto sabemos, pu-

ramente estilística. É possível que uma análise atenta dos motivos permita identificar a ocorrência de espécies animais extintas no final da Idade Glaciária (não o auro-que, ali figurado, que na Península Ibérica sobrevive pelo menos até ao Calcolítico, mas alguma outra). É possível também que venham a ser detectadas gravuras cobertas por formações sedimentares pliocénicas. Se alguma destas ocorrências se verificar, a sua atribuição ao Paleolítico deixaria de sofrer qualquer tipo de discussão. Talvez seja todavia legítimo ir um pouco mais longe. Não apenas porque essa é a opinião de especialistas, portugueses e estrangeiros, que pessoalmente muito consideramos (em ciência, onde tudo carece de prova, não nos impressionam demasiado os chamados «argumentos de autoridade»), mas principalmente pela quantidade e coerência global dos motivos. Uma coisa é encontrar, como há anos se fez em Mazouco, um ou outro motivo isolado, de tipologia paleolítica e, fora de todo o contexto regional, atribuí-lo efectivamente ao Paleolítico. Nunca julgámos sensato fazê-lo. Coisa diferente é reconhecer que essa particular tipologia artística, exclusivamente paleolítica segundo os especialistas (do que não temos razões para duvidar, muito embora nos causem incómodo notícias acerca da grande identidade entre estas gravuras e as pinturas, aparentemente calcolíticas, descobertas por F. Sande Lemos em dois abrigos na mesma área), se repete em numerosas representações ao longo da bacia média do Douro (em Portugal e em Espanha), não sendo por isso fortuita.

Nestes exactos termos, subscrevemos a atribuição cronológica global que tem sido proposta para as gravuras do Côa. Continuamos, porém, a não considerar possível para já ir mais longe, colocando-as num determinado momento daquele período. Mas isso pouco importa. Se de facto forem paleolíticas, como tudo indica, as gravuras do Côa são igualmente extraordinárias, datem elas de há 20 mil ou de há 10 mil anos. Em primeiro lugar, porque são gravuras de ar livre, quando até aqui se imaginava a arte paleolítica como essencialmente cavernícola (a «arte das cavernas»). Elas poderão constituir parte do único verdadeiro santuário paleolítico de ar livre conhecido em todo o Mundo, vindo conferir nova actualidade às antigas considerações de A. Laming-Emperaire sobre a previsível importância da arte rupestre paleolítica no exterior das grutas. Em segundo lugar, porque se trata de um núcleo artístico situado num vale fluvial localizado já em plena Meseta Ibérica, numa região que durante a última glaciação deveria apresentar uma paisagem estépica muito fria, onde quase se desconhecem outros vestígios de ocupação humana do mesmo período.

Sendo tudo isto assim, as novidades são de tal monta que bem se pode dizer estar a nascer na raia do Douro um novo mundo para a Arqueologia europeia. Onde se estabeleceram os povos que fizeram as gravuras? Abaixo do nível das águas actuais, porque nessa altura os rios corriam muito mais encaixados? Ou será que a falta de prospecções explica tudo? Quais os seus territórios de circulação

e qual a sua sazonalidade? Como viviam, quando em toda a faixa litoral, muito mais povoada, encontrariam climas mais amenos e recursos alimentares mais variados? Porque resolveram investir de tamanha carga simbólica um ignoto vale fluvial, em tudo oposto ao conceito de *axis-mundi* que tanto tem servido para explicar outras ocorrências? Hoje, em toda a Europa, haverá quem faça estas perguntas. Com a consciência de que o mais interessante virá depois, quando tivermos de abandonar modelos antigos, para erguer outros onde a vida dos caçadores do Côa tenha pleno cabimento¹.

¹ Este texto veio a ser completado, na mesma página do “Diário de Notícias”, em 2 de Fevereiro seguinte, pela seguinte nota:

Há duas semanas deixámos expressa nesta página alguma prudência quanto à definitiva atribuição das gravuras do Côa ao Paleolítico Superior. Desde então tivemos conhecimento mais pormenorizado das descobertas feitas no sítio de Siega Verde, ao longo de 3 km do vale do rio Águeda, afluente do Douro, a cerca de 30 km do Côa. Segundo os dados preliminares obtidos por uma equipa dirigida por Rodrigo Balbín, professor catedrático de Pré-História na Universidade de Alcalá de Henares, num total de quase 100 painéis e 600 gravuras, metade das quais figurativas, regista-se ali pela primeira vez a representação de animais extintos no final da “Idade Glacária” (rinoceronte, rena, veado de grande porte, bisonte e alguns felinos). A própria percentagem de ocorrência dos diferentes signos abstractos e espécies de animais, assim como a sua distribuição espacial, fazem aproximar notavelmente o núcleo espanhol do tipo de universo estruturado próprio dos santuários paleolíticos em gruta. Na base destes dados, deixa de haver *qualquer dúvida* quanto à existência de um conjunto de arte rupestre paleolítica na bacia média do Douro — porventura uma nova “província artística” daquele período na Europa. Dir-se-ia que, na ausência de cavidades expressivas, que só uma rede cársica desenvolvida poderia proporcionar, os caçadores durienses representaram ao ar livre as mesmas mitologias, revelaram a mesma cosmovisão, que noutros lugares “esconderam” em cavernas. A datação paleolítica das gravuras do Côa, incluídas estilisticamente neste imediato contexto arqueológico (e não apenas em longínquos modelos de suposto valor universal), fica substancialmente reforçada, senão definitivamente esclarecida. Resta apenas esperar que as equipas encarregadas do seu estudo tenham a humildade de as observar sem o espantilho das ideias-feitas e do auto-convencimento. Mas isso é outra história... Por agora, ainda estamos na batalha mais elementar: a da sua preservação. Ora, importa ter presente que, havendo quem sugira ser o núcleo do Côa 10 vezes maior do que o de Siega Verde, ele passa a poder constituir o centro do único santuário paleolítico de ar livre conhecido em todo o Mundo! Nestas condições, a sua importância é tal que deixa a partir de agora de ser admissível continuar a haver quem, arqueólogo, político ou mero cidadão, possa resistir ao grito que o verdadeiro bom senso nos dita: “Parem a barragem, já!”.

O BETÃO TAMBÉM SE ABATE*

por

Mário Melo Rocha**

Com 20 séculos de existência estimada, as gravuras rupestres de Foz Côa correm o risco de ter de ser visitadas de escafandro ou, em visita guiada, de submarino. Tudo porque, se não for impedida, a construção de uma barragem tornará visível aos peixes o que a respectiva albufeira priva dos olhos dos homens. Grande consolo...

Como sempre acontece nestas coisas, o caminho começou no segredo dos gabinetes técnicos e era suposto dali não transpirar. Quando foi conhecido, mesmo antes da divulgação pela comunicação social da existência em grande escala das gravuras, logo veio o argumento do “progresso” e do “desenvolvimento”. Mas quando a imprensa estrangeira mais prestigiada cobriu a situação e concedeu páginas inteiras ao assunto, fazendo com que se deslocassem ao local arqueólogos de todo o lado e das mais variadas escolas, aí a argumentação em favor do betão passou a desdobrável publicitário para consumo dos incautos. Primeiro argumento em favor do betão: começou a fazer-se crer que Portugal é um país com forte dependência energética do exterior. *Falso*. Dizem os técnicos que a dependência energética do exterior é inferior a um por cento. Segundo argumento pró-betão: os postos de trabalho que a construção da barragem criaria para as populações locais. *Falso*. Dizem os engenheiros especialistas que, nas actuais barragens, a manutenção é feita por um reduzido número de técnicos, o que demonstra que a criação de postos de trabalho seria temporária, cingindo-se à construção da obra. Terceiro argumento pró-betão: a atracção turística, de desporto e lazer, que a albufeira da barragem constituiria. *Falso*. Comprovadamente, o fluxo turístico das albufeiras das barragens é pequeníssimo, não constituindo qualquer atracção significativa. Acresce, para concluir a desmontagem desta teia falsa como Judas, que é sabido que os técnicos estimam poder otimizar e massificar a médio prazo

* Publicado no jornal *Diário de Notícias*, de 11-02-95.

** SEDES (Porto).